

FNE pede ao ministro da Educação mais decisões e menos diagnósticos para o setor

 observador.pt/2026/09/02/fne-pede-ao-ministro-da-educacao-mais-decisoes-e-menos-diagnostics-para-o-setor

Agência Lusa

September 2, 2026



[Ativar alertas](#)

Siga o tópico Educação e receba um alerta assim que um novo artigo é publicado.

Numa carta aberta enviada a Fernando Alexandre, a Federação Nacional de Educação considera que os principais problemas do setor estão identificados e que os diagnósticos devem passar a decisões.



► i

▲ Portugal "não tem um problema de diagnóstico. Tem um problema de decisão", pode ler-se na carta

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

A Federação Nacional de Educação (FNE) pediu esta quarta-feira ao Governo decisões concretas para o setor, em vez de se insistir em diagnósticos que se

repetem, sem melhorias para o ensino, profissionais e estudantes.

“Se a educação é verdadeiramente uma prioridade nacional, este tem de ser o ano em que essa prioridade se traduz em medidas concretas, capazes de produzir mudanças efetivas e de ser positivamente sentidas por quem todos os dias trabalha nas nossas escolas”, refere a FNE, numa carta aberta enviada ao ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre.

A FNE considera que os principais problemas do setor estão identificados, mas falta a “passagem dos diagnósticos às decisões”.

“Os problemas estão identificados, estudados, quantificados e repetidos há anos em relatórios”, também “sabemos que faltam professores, que o corpo docente envelheceu e a profissão perdeu atratividade, que existem escolas onde faltam assistentes operacionais, psicólogos, técnicos especializados e outros profissionais” e “sabemos que a burocracia ocupa demasiado tempo”, com “sobrecarga de trabalho”, a que se soma “a indisciplina e a violência”, resume a FNE.

Portugal “não tem, de todo, um problema de diagnóstico na Educação. Tem um problema de decisão”, pode ler-se na carta.

Os resultados de uma consulta nacional, que teve a participação da FNE, indicam que 95,3% dos professores afirmam gostar da profissão, mas 71% dizem que não incentivariam um jovem a escolher a carreira docente.

Um total de 73% “considera que a carreira docente não é atrativa e 91,1% entendem que a remuneração não está ao nível das qualificações e competências que lhes são exigidas”, com 40% a apontarem dificuldades financeiras associadas às deslocações necessárias para trabalhar, ao mesmo tempo que 98,5% dizem-se com excesso de trabalho”, pode ler-se.

“A falta de professores não começa quando uma sala de aula fica sem docente. Começa muito antes, quando uma profissão deixa de ser suficientemente atrativa para ser escolhida”, refere a FNE, pedindo investimento.

“Sabemos que tudo isto custa dinheiro”, mas “talvez tenhamos passado demasiado tempo a fazer a pergunta errada. A verdadeira pergunta não é quanto custa investir na Educação, mas quanto custa ao país continuar a não o fazer”, salientam os professores.

A educação é “uma das principais infraestruturas estratégicas de um país”, pelo que “precisamos de confrontar uma contradição que atravessa há demasiado tempo o discurso político português”, em que todos dizem que o setor é uma prioridade mas, depois, pouco é feito.

Na carta, a FNE diz-se disponível para “negociar e apresentar propostas responsáveis, exequíveis e capazes de conciliar a valorização dos profissionais com a sustentabilidade das políticas públicas”, mas o diálogo social não pode significar “uma sucessão interminável de reuniões, calendários negociais, documentos e intenções sem tradução concreta na vida das pessoas”.

Para a estrutura sindical, “negociar tem de servir para decidir e decidir tem de servir para mudar e implementar”, indicam ainda.